

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI PORTO ALEGRE – RS**

DIREITO E SUSTENTABILIDADE II

ELCIO NACUR REZENDE

LITON LANES PILAU SOBRINHO

VINICIUS FIGUEIREDO CHAVES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente **Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente **Sudeste** - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente **Nordeste** - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente **Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch UFSM – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho Unifor – Ceará

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta Fumec – Minas Gerais

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro UNOESC – Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

D597

Direito e sustentabilidade II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Elcio Nacur Rezende; Liton Lanes Pilau Sobrinho; Vinicius Figueiredo Chaves. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-706-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34



XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

DIREITO E SUSTENTABILIDADE II

Apresentação

Esta publicação reúne os artigos aprovados no Grupo de Trabalho intitulado Direito e Sustentabilidade II, do XXVII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI, realizado na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no dia 15 de novembro de 2018.

É inenarrável a qualidade dos artigos apresentados por diversos autores dos mais diferentes estados da federação brasileira, fruto de profícuas pesquisas realizadas por Mestrandos, Mestres, Doutorandos e Doutores dos diversos Programas de Pós-graduação em Direito de dezenas instituições de ensino.

Ressalte-se que o referido Grupo de Trabalho contou com a coordenação de três professores doutores de três estados da federação: Liton Lanes Pilau Sobrinho, que leciona na Universidade do Vale do Itajaí e da Universidade de Passo Fundo; Vinicius Figueiredo Chaves, vinculado às Universidades Estácio de Sá, Federal do Rio de Janeiro e Federal Fluminense e; Elcio Nacur Rezende, professor na Escola Superior Dom Helder Câmara e na Faculdade Milton Campos.

Portanto, a coordenação do G.P. e a redação desta apresentação foi incumbência de docentes do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais que, honrosamente, fazem parte do CONPEDI e buscam no seu cotidiano a socialização do conhecimento, mormente em uma área tão preciosa como a conscientização de vivermos em um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável, como preceitua a Constituição da República.

No texto, estimado(a) leitor(a), você encontrará trabalhos que engrandecerão, indubitavelmente, o seu conhecimento sobre o Direito Ambiental em sua mais ampla acepção.

Constata-se, pois, nesta publicação, uma enorme atenção dos pesquisadores em demonstrar que a questão da proteção à natureza, quer sob o prisma do antropocentrismo quer sob o biocentrismo, coadunada harmoniosamente com o desenvolvimento social e econômico, é fator que possibilita vivermos em uma sociedade melhor.

Para muito além de modismo, a Sustentabilidade deve ser compreendida como algo necessário à evolução humana que pretende permanecer vivendo comunitariamente, sob pena das gerações futuras sofrerem significativa perda de qualidade de vida.

Nesse sentido, qualquer inovação jurídica que vise enaltecer a proteção ambiental deve, insofismavelmente, ter como premissa um olhar positivo.

Rogamos, pois, que a leitura desta publicação provoque reflexão e, sobretudo, mudança comportamental, na esperança de vivermos hoje e futuramente em um universo mais digno onde a natureza seja sempre um bem veementemente preservado.

Elcio Nacur Rezende (Escola Superior Dom Helder Câmara e Faculdade Milton Campos)

Liton Lanes Pilau Sobrinho (Universidade do Vale do Itajaí e Universidade de Passo Fundo)

Vinicius Figueiredo Chaves (Universidade Estácio de Sá, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense)

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA NO COMÉRCIO DE GRÃOS MATO-GROSSENSE: ESTUDO DE CASO DAS SAFRAS DE 2013 A 2016 DO GRUPO AMAGGI

ENVIRONMENTAL CERTIFICATION AND ITS IMPORTANCE IN THE MATO GROSSENSE GRAIN TRADE: CASE STUDY OF THE SAFRAS OF 2013 TO 2016 OF THE AMAGGI GROUP

**Marcel Carlos Lopes Félix
Pâmela Carina Ely**

Resumo

O agronegócio representa parcela importante na economia mato-grossense, levando empresas exportadoras de grãos a adotar certificações ambientais, buscando atender ao tripé da sustentabilidade. O objetivo desta pesquisa é analisar se as certificações ambientais, no comércio de grãos, trazem benefícios quando adotados por uma empresa. O método adotado foi o hipotético-dedutivo, pautado em pesquisas bibliográficas e no Estudo de Caso das safras 2013-2016 do Grupo Amaggi, tendo informações colhidas nos relatórios fornecidos por seu setor de sustentabilidade. Após a análise das informações pode-se observar que as certificações ambientais trazem diversos benefícios para as empresas que as adotam.

Palavras-chave: Certificação ambiental, Mercado de grãos, Mato grosso, Grupo amaggi, Sustentabilidade

Abstract/Resumen/Résumé

Agribusiness represents an important part on economy of Mato Grosso, leading grain export companies to adopt environmental certifications, seeking to meet the tripod of sustainability. The objective of this research is to analyze if the environmental certifications, in the trade of grains, bring benefits when adopted by a company. The method adopted was hypothetical-deductive, based on bibliographic research and the Case Study of the Amaggi Group's 2013-2016 crops, with information gathered from the reports provided by its sustainability sector. After analyzing the information it can be observed that the environmental certifications bring several benefits to the companies that adopt them.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Environmental certification, Grain market, Mato grosso, Amaggi group, Sustainability

1. INTRODUÇÃO

Os temas certificação ambiental e produção de grãos vem ocupando um cenário de destaque no meio ambiental e econômico brasileiro. Segundo Demajorovic e Vilela (2009, *on line*), “[...] as multinacionais atuantes no País começaram a exigir de seus fornecedores um sistema de gestão ambiental certificado [...]”, em que o processo de confecção dos produtos seja sustentável em todas as etapas desde a extração da matéria prima até a destinação final do produto, para promoção da proteção ambiental e aumento na balança comercial do país, mantendo uma realidade mais competitiva.

Demajorovic e Vilela (2009, *on line*), destacam que as empresas certificadas podem levar vantagem na negociação dos valores de seus produtos, demonstrando que o selo ou certificado comprova a conformidade ambiental, implicando a redução de riscos ao ecossistema e também à plataforma financeira, sem contar que a certificação ambiental traz vantagens em negociações com bancos e seguradoras.

O método de padronização, validação ou certificação de projetos e produtos vem crescendo, significativamente, a cada dia e os serviços ambientais têm sido alvo de crescentes pesquisas científicas, projetos técnicos e políticas públicas, tanto no Brasil como no mundo, levando-se em conta que o bem estar social está atrelado aos serviços ambientais fornecidos pela natureza, um dos motivos pela busca da equidade nos indicadores sociais, econômicos e ecológicos (Guedes & Seehusen, 2011, p. 69).

Os benefícios advindos da certificação ambiental de acordo com Karkotli (2004, p. 88), são a demonstração para clientes, legisladores e demais interessados, que a empresa possui compromisso e responsabilidades ambientais, elevando cada vez mais a melhoria de sua imagem, para gerenciar aspectos ambientais e para promover melhoria contínua do sistema produtivo; controle mais eficiente; redução do consumo de recursos naturais; aproveitamento e minimização de resíduos; abertura de novos mercados, tanto nacional como internacional, evidenciando a competência ambiental da empresa.

O Brasil, atualmente, é uma potência mundial no agronegócio e um dos maiores compradores de agrotóxicos do mundo, devido à forma convencional de produção (PIGNATTI, 2011, *online*). Nesse sentido, a utilização de agrotóxicos e insumos químicos é muito questionada por ambientalistas e pesquisadores, porém é um dos principais produtos químicos presente nas lavouras por se tratarem de facilitadores no crescimento e o cultivo de diversas espécies de plantas e na eliminação de pragas (ANVISA, 2013 p.40).

Atualmente, algumas empresas e produtores possuem grande resistência quanto ao

custo de se implantar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e de certificarem seus produtos e meios de produção, considerando que o trabalho se torna oneroso e trabalhoso. Porém, sem esta padronização e regularização, estes estão sujeitos a diversos riscos como multas, desastres ambientais, processos na justiça, danos à imagem da empresa, barreiras à exportação de seus produtos e perda de competitividade.

Nesse passo, a problemática deste artigo gira em torno se saber se investir em ferramentas de Gestão Ambiental pode trazer retorno financeiro a uma empresa. Assim, a pesquisa justifica-se pela necessidade de se caracterizar a relevância da certificação ambiental, mais especificamente, no comércio de grãos mato-grossense a nível nacional e internacional.

A metodologia utilizada no artigo consubstanciou-se no uso do método hipotético-dedutivo, com carácter exploratório, pautado em pesquisas bibliográficas, documentais e ainda com base no Estudo de Caso das safras de 2013 a 2016 do Grupo Amaggi, empresa mato-grossense exportadora de grãos, tendo informações colhidas, por intermédio de dados públicos e relatórios anuais fornecidos por seu corpo operacional entre o setor comercial e de sustentabilidade.

O objetivo deste estudo é analisar se as certificações ambientais no comércio de grãos trazem benefícios quando adotados por uma empresa. Os referenciais teóricos utilizados auxiliaram na resposta ao problema apresentado neste artigo e o artigo foi encaminhado para a linha de pesquisa Direito e Sustentabilidade, por tratar do Tripé da Sustentabilidade e da responsabilidade da empresa e funcionalização do Direito.

2. CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

A certificação ambiental foi criada com o intuito de estabelecer normas, ferramentas, padrões e sistemas para a administração ambiental de uma organização, desde a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O SGA é estrutura organizacional que visa avaliar, minimizar e controlar os impactos ambientais causados pelas atividades operacionais estabelecendo interatividade entre as áreas econômicas, de produção e meio ambiente, envolvendo conhecimento e implantação da política ambiental, sempre com a preocupação com a proteção ambiental, tendo como objetivo a melhoria da qualidade ambiental de produtos e processos mediante a mobilização das forças de mercado pela conscientização de consumidores e produtores (NICOELLA; MARQUES; SKORUPA, 2004, p. 08).

A certificação ambiental consiste em um instrumento de concretização do desenvolvimento sustentável, não somente por motivos ecológicos, mas também por se

mostrar como ferramenta no mercado de consumo. Ela é a padronização das empresas, marcas e produtos em demonstrarem suas ações de sustentabilidade segundo a Lei Federal n°. 6938/81 que dispõe a respeito da Política Nacional do Meio Ambiente, o que se torna um diferencial nas áreas de compra e venda de produtos e serviços, legitimidade e a notoriedade, transmitindo, assim, mais segurança ao consumidor e demonstrando que estão de acordo com os objetivos da lei e tendo em vista (BRASIL, 1981, *on line*).

Segundo o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) (2012, *on line*), a certificação ambiental consiste na concretização de etapas para aquisição, sendo: 1º fase de pré-avaliação: onde a empresa entra em contato com a certificadora a qual deseja o selo ou certificado, enviando documentações e questionários comprobatórios demonstrando seu interesse, padronização e aptidão a receber o selo ou certificado; 2º fase de avaliação: momento da auditoria, em que a empresa certificadora realizará vistorias e avaliações para comprovação da adequação a padrões e procedimentos exigidos para obtenção da certificação; e a 3º fase de pós-avaliação, quando a certificadora realizará vistorias periódicas para verificar se os padrões e critérios da certificação continuam sendo cumpridos para que se suspenda, mantenha ou cancele a certificação.

O comprometimento com o meio ambiente auxilia na obtenção de serviços e certificações que podem agregar maior valor ao produto ou serviço prestado, principalmente, nas atividades ligadas ao agronegócio. Devido à sua participação ativa na economia de mercado, é uma área que está em evidência na sociedade, com a principal problemática a respeito da sustentabilidade e economia. Ademias, o homem, na busca por sua sobrevivência e subsistência, sempre afetou o ambiente natural e estas transformações ambientais foram se intensificando com o advento da industrialização no mundo todo, por meio da introdução da mecanização agrícola na área rural (OLIVEIRA e SENNA, 2012, *on line*).

Uma vantagem muito importante é que algumas instituições financeiras disponibilizam linhas de crédito exclusivas para projetos de sustentabilidade. Nesse caso, a certificação ambiental representa um investimento que é muito bem visto pelo cliente final, pois valoriza a empresa que se preocupa com o futuro e que é capaz de enxergar as oportunidades que o meio ambiente apresenta.

2.1 Principais certificadores e certificações de grãos

Todo processo extrativo causa algum impacto ambiental, mas deve-se procurar uma maneira, ferramenta ou solução de ser o meio que cause menos danos ao ecossistema, nesse

passo, Barros e Barbosa afirma que “[...] as problemáticas tanto sociais como ambientais trazem consigo marcas do processo de formação do país [...]”, (2015 p. 279).

As certificações são a garantia de que toda cadeia do produto ou processo de produção trabalhe seguindo parâmetros de qualidade estabelecidos em normas ou protocolos. As certificações, programas e selos criados por certificadoras brasileiras e internacionais são muito relevantes na produção, na armazenagem, na logística e no comércio dos grãos. Muitas certificações têm reconhecimento e padronização mundial e novas lideranças têm apresentado propostas que alinham forças econômicas com conservação e estas propostas correlacionam bem-estar humano com qualidade ambiental (GUEDES e SEEHUSEN, 2011, p. 88).

A certificadora Ecocert possui um programa de certificação aplicável à empresas e organizações, verificando suas boas práticas éticas, sociais e ambientais. A inspeção da Ecocert avalia o sistema de gestão socioambiental da empresa, segundo os princípios da ISO 26000 – Responsabilidade Social Empresarial (RSE). A empresa ou organização inspecionada poderá conhecer o seu desempenho em matéria de responsabilidade socioambiental e comunicar a respeito de suas boas práticas ao mercado, fornecedores e parceiros, por meio do marketing ambiental. O selo “empresa responsável” estipula três níveis com princípios avaliados em: Comprometimento, Master e Excelência. Para se obter a certificação e o atendimento destes princípios, a empresa deverá respeitar exigências socioambientais como: governança organizacional, boas práticas de negócios, direitos humanos, relações e condições de trabalho digno, respeito ao meio ambiente, comunidades e desenvolvimento local e bom relacionamento com os consumidores. (BRASIL ECOCERT, 2018, *on line*).



Figura 1 - Selo Responsável pela ECOCERT.

Fonte: <http://brazil.ecocert.com/certificacao-de-responsabilidade-socioambiental>

O Instituto Biodinâmico (IBD) tem como programa a certificação de produtos não geneticamente modificados (Não-OGMs) e tem a finalidade de segregar do mercado os produtos que realmente não contenham genes modificados. Para se obter a certificação, a empresa deve atender às normas 1829/2013 e 1830/2013 relacionadas às normas da União Europeia (UE) de processos e serviços da cadeia de produção como garantia de que os produtos fornecidos não contenham genes modificados em seu fornecimento de sementes,

cultivo, comercialização, processamento, armazenagem, transporte, amostragem e análises fidedignas de seus grãos e derivados (IBD Certificações, 2018, *on line*).



Figura 2 - Selo IBD NÃO-OGM. Fonte: <http://ibd.com.br/pt/NaoOgmIbd.aspx>

A Organização Internacional Agropecuária (OIA) é uma empresa consolidada no mercado de certificação agropecuária e alimentícia. Os programas de certificação são baseados em protocolos de qualidade que abrangem não só a qualidade do produto final, mas todo o processo produtivo. A OIA tem certificações direcionadas ao setor de grãos, aos produtos não geneticamente modificados (Não-OGM) e à análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle (APPCC) ou (*Hazard Analysis and Critical Control Points - HACCP*). O APPCC é um sistema de gestão da inocuidade dos alimentos, monitoramento do processo de produção, com a finalidade de reduzir os riscos relacionados à segurança alimentar. Para se obter a certificação o sistema envolve procedimentos como a identificação dos perigos e medidas preventivas e dos pontos críticos, estabelecimento de limites críticos para cada medida e o controle destes pontos críticos, estabelecimento de medidas corretivas e de procedimentos de verificação, sistema de registro e controle efetuados de potenciais perigos físicos, químicos e biológicos do processo produtivo, com todos os fundamentos baseados na ISO 22000, sistema de segurança alimentar (OIA Brasil Certificações, 2018, *on line*).



Figura 3 - Selo OIA Certificações. Fonte: <http://www.oiabrasil.com.br/quem-somos-2/>

A Cert ID Organização Certificadora oferece diversos programas de certificação, incluindo a certificação Pro-Terra, de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental, padrão que foi desenvolvido a partir dos critérios de Basiléia¹ para soja responsável, estabelecendo-se princípios de cumprimento das leis nacionais e acordos internacionais,

¹ Acordo ou critérios de Basiléia ou *Bank for International Settlements* (BIS) (Banco de Compensações Internacionais) é uma organização que fomenta a cooperação entre os Bancos Centrais e outras agências, em busca da estabilidade monetária e financeira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018, *on line*).

direitos humanos, políticas e práticas de trabalho responsável, sistemas de comunicação com trabalhadores e a comunidade, serviços ambientais, manejo, não uso de organismos geneticamente modificados, redução e destinação adequada de resíduos, gestão e conservação da água, gestão eficaz de gases de efeito estufa e energia, adoção de boas práticas agrícolas, cadeia de custódia rastreável e segregada. A Cert ID também dispõe da certificação Cert ID Não-OGM, a qual oferece maior segurança ao status de Não-Transgênico do produto e a certificação de cumprimento da regulamentação da União Europeia de rotulagem de transgênicos, sendo monitorado desde a produção até o destino final (Cert ID, 2018, *on line*).



Figura 4 - Selos da CERT ID Fonte: http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=113

A ABS Quality Evaluations responsável pela certificação do programa ISO 14001 que certifica projetos de Sistema de Gestão Ambiental com o objetivo de criar equilíbrio entre um modelo de negócio e o meio ambiente. É a norma que estabelece os requisitos de planejamento, implementação e operação do Sistema de Gestão Ambiental, uma ferramenta de reconhecimento internacional que é utilizada para demonstrar a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e o atendimento às legislações e aos requisitos ambientais. Nos dizeres de Otávio José de Oliveira (2010, p. 52), tem por finalidade controlar os aspectos causados pelas atividades em relação ao meio ambiente, buscando diminuir riscos de acidentes e melhorar a administração de recursos energéticos, materiais e humanos dentro da empresa.



Figura 5 - Selo ISO 14001. Fonte: <http://ambienteverdesustentavel.blogspot.com.br/2013/07/iso-14001-de-certificacao-ambiental-e.html>

A Contrl Union é responsável pela certificação da RTRS (*Round Table on Responsible Soy*) ou Associação Internacional de Soja Responsável, e é encarregada pela verificação, por meio de auditoria de 98 indicadores, dentro de 5 princípios: de conformidade legal e de boas práticas, da relação responsável com a comunidade, da responsabilidade ambiental e de boas práticas agrícolas. A finalidade da certificação é atestar a confiabilidade, aos clientes, de que

estão recebendo um produto responsável, cada vez melhor, no que diz respeito às questões agrícolas, ambientais e sociais (AMAGGI, 2018, *on line*).



Figura 7 - Selo RTRS. Fonte: <http://marciomitidieri.com/rtrs-2/>

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), credenciador da ISO 17025/RENASSEM (Registro Nacional de Sementes e Mudanças), tem por finalidade o cadastro de concessão aos produtores, habilitando-os para exercer as atividades de armazenador de sementes, beneficiador de sementes, comerciante de sementes e mudas, produtor de sementes e produtor de mudas. O Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) é implantado com base na ISO 17025 (Sistema de Gestão em Laboratórios) um dos pré-requisitos para o credenciamento no MAPA (AMAGGI, 2018, *on line*).



Figura 8 - Selo ISO 17025 / RENASEM . Fonte: <http://marciomitidieri.com/rtrs-2/>

GMP+ International, certificado concedido pelo órgão Holandês GMP+ Internacional, avalia as boas práticas de produção, relacionadas ao controle de qualidade de materiais alimentícios, comércio e afretamento de transportes marítimos. A finalidade da certificação é comprovar o atendimento à qualidade dos processos e produtos, com foco no Sistema de Gestão de Qualidade - ISO 9001 (SGQ) e na análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle (HACCP) (AMAGGI, 2018, *on line*).



Figura 10 - Selo GMP+. Fonte: <http://www.bsbios.com/pages/certificacoes/>

Em tempos de debates envolvendo o desenvolvimento sustentável e a preocupação

com a qualidade de vida, empresas dos mais variados setores econômicos têm procurado se adequar às novas exigências de mercado. Essa procura pela sustentabilidade e qualidade de vida, amplia a necessidade de atribuição aos tipos de certificação ambiental, em que a empresa busca por uma conformidade a ser utilizada de acordo com o produto, o investimento e o lucro almejado (QUESADA, 2015, *on line*).

Para obter uma Certificação Ambiental a empresa precisa estar em conformidade com as normas estipuladas pelos fóruns colaborativos. Após a adequação a estes padrões, a empresa solicita visita dos auditores que irão verificar se as empresas estão de acordo com as exigências estipuladas. A implantação e operação de um Sistema de Gestão Ambiental visa promover a melhoria ambiental contínua pelo atendimento e aprimoramento dos aspectos relacionados à política ambiental, planejamento, operação dos requisitos, verificação e correção (PAULA, MARCUZZO, *et al.*, 2015, *on line*).

2.2 Comércio Nacional e Internacional

O crescente aumento da demanda mundial por alimentos tem elevado o valor das *commodities* agrícolas, evidenciado pela oferta e procura. O Brasil tem intensa participação nesse segmento da economia, gerando grande capitalização do setor produtivo. E para o país é estratégica essa participação para que o governo possa manter positiva a balança comercial, oferta com menores preços e dinamizar a economia tanto no país como fora dele.

Esse cenário tem sido fator determinante à expansão agrícola no país, uma vez que o mercado mundial demanda fortemente por produtos alimentícios, além de melhor remunerar o produtor. O momento reúne condições propícias para a atuação junto a esse setor, visto que se encontra capitalizado e possui uma demanda crescente por produtos ambientalmente sustentáveis. Assim, é fundamental a implantação de processos eficientes de controle e monitoramento da expansão agrícola, de modo a reduzir os processos de degradação ambiental e tornar essas atividades menos impactantes.

O Agronegócio no Brasil tem uma expressiva participação na economia do país, possui grande importância no Produto Interno Bruto (PIB), eleva as taxas de emprego do país, respondendo, aproximadamente, por um terço das exportações (BACHA, 2004, p. 181).

Uma notória amostra do crescimento financeiro é o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, criado pela BM&F Bovespa, em 2005, listando empresas que já têm capital aberto na Bolsa de Valores e que têm políticas sustentáveis concretas, comparando-se o ISE com o IBOVESPA - Índice da Bovespa, o ISE tem melhor desempenho comercial.

Hoje, o bom desempenho de uma empresa depende, cada vez mais, da competitividade econômica no meio em que está inserida. Porém, a definição deste desempenho comercial é cada vez mais questionada, deixando-se de lado o panorama dos resultados apenas econômicos para passar a fazer parte de um cenário que exige a parcela socioambiental e sustentável. Ademais, quando o produto ou o seu método de produção causam problemas ambientais, o país importador pode colocar barreiras ao comércio internacional, essas são as chamadas barreiras verdes, as quais restringem o comércio com a finalidade de proteger o meio ambiente (CANTELLE; MARTINS, *et al.*; 2013, p. 174/175).

O Brasil é, internacionalmente, conhecido por suas grandes transformações na agricultura, pela sua rica biodiversidade, além do caráter estratégico do ponto de vista competitivo e, conseqüentemente, com influências no desenvolvimento econômico e na produção industrial, o que impacta na capitalização do setor produtivo, com geração de renda e de empregos, além do aprimoramento de técnicas do cultivo, das produções e da adequação do produto às exigências dos padrões internacionais de qualidade, ou as chamadas certificações ambientais, que visam à interação entre gestão ambiental, sustentabilidade e agronegócio para abertura de novas fronteiras à expansão agrícola, a qual tem se tornado cada vez mais um processo eficiente (CANTELLE; MARTINS, *et al.*; 2013, p. 177/178).

3. METODOLOGIA

Conforme mencionado, utilizou-se do método hipotético-dedutivo, de caráter exploratório, pesquisa bibliográfica, documental e também o Estudo de Caso das safras de 2013 a 2016 do Grupo Amaggi. A pesquisa documental teve como base a análise, leitura e interpretação dos relatórios de sustentabilidade do Grupo Amaggi, relatórios estes disponíveis de forma pública, o que demonstra que a própria empresa reconhece que o investimento feito com Sistemas de Gestão Ambiental traz benefícios para sua manutenção no mercado.

Segundo Pádua (1997, p. 62) pesquisa documental é o estudo a partir de documentos, relacionados a um determinado assunto, sendo autênticos e elaborados de forma fidedigna. O estudo de caso é uma forma de aprofundar uma unidade individual, responder questionamentos que o pesquisador não tem controle acerca do fenômeno estudado. Conforme Yin (2001, p. 10), é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange vários assuntos, em abordagens específicas de coleta e análise de dados.

Este estudo também se pautou nas pesquisas bibliográficas de caráter exploratório, buscando encontrar informações preliminares a respeito da certificação ambiental,

certificações específicas à produção de grãos, comércio de grãos nacional e internacional, dentre outros (OLIVEIRA, 2018, *on line*).

4. GRUPO AMAGGI

A AMAGGI é uma das maiores companhias da América Latina no ramo do agronegócio e é formada por quatro grandes áreas: Commodities, Agronegócio, Navegação e Energia. Com uma história de conquistas e superações marcadas por contribuições significativas à sociedade, como a construção da cidade de Sapezal (MT) e a criação do Corredor Noroeste de Exportação, que viabiliza o escoamento da produção de grãos do noroeste de Mato Grosso e do sul de Rondônia (AMAGGI, 2018, *on line*).

As principais atividades da AMAGGI estão nas áreas de originação² e logística, comercialização de grãos e insumos, produção agrícola e de sementes de soja, processamento de soja, operações portuárias, transporte fluvial, geração e comercialização de energia elétrica. Essas atividades estão distribuídas, de forma estratégica, em cada área de negócio e contam com o suporte do corporativo, que garantem uma atuação unificada, respeitando a diversidade cultural de suas unidades. (AMAGGI, 2018, *on line*).

A AMAGGI Commodities atua na compra e venda de grãos (soja e milho), industrialização, logística, operações portuárias de importação e comercialização de insumos agrícolas. A AMAGGI Commodities possui armazéns espalhados por todo o país, com capacidade para armazenar 2,5 milhões de toneladas de grãos. Além disso, conta com três unidades de esmagamento de soja em: Lucas do Rio Verde (MT), Itacoatiara (AM) e Fredrikstad, na Noruega. No exterior, a trading conta com escritórios e representações na Argentina, Holanda, Suíça e Paraguai e exportação de seus grãos e insumos para a Noruega, Holanda, Argentina, Paraguai e Suíça (AMAGGI, 2018, *on line*).

O Grupo Amaggi possui vários atestados de credibilidade que garantem aos clientes e às partes interessadas, que o trabalho é desenvolvido respeitando-se todos os critérios de sustentabilidade. Os certificados são renovados de acordo com as auditorias e inspeções realizadas por certificadoras contratadas. O grupo possui diversos certificados na área de serviços, logística e armazenagem como: (Sustentabilidade Internacional e Certificação de Carbono) ISCC; (Associação de Soja Responsável) RTRS; (Organização Internacional de

² Originação. Ação ou efeito de originar. Originação denominação que atende as necessidades dos produtores rurais provenientes de compra, recepção, padronização, segregação, armazenagem e transporte da produção de grãos. (SEARA AGRO, 2018 “*on line*”)

Normalização) ISO 14001 e ISO 17025; Pro-Terra; (Não geneticamente modificado) Não-OMG; (Boas Práticas de Fabricação) GMP+; (Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias) ISPS Code; Armazenadora³ (AMAGGI, 2018, *on line*).

O Grupo também possui Sistema de Gestão Socioambiental, implementado para atender à nova Política Socioambiental da companhia, em que estão previstas todas as medidas que alinham as operações da empresa à meta de Desenvolvimento Sustentável, em nome da prevenção contra danos socioambientais (AMAGGI, 2018, *on line*).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil, atualmente, é um país de destaque quanto ao saldo da balança comercial agrícola do mundo, de acordo com os critérios da Organização Mundial do Comércio (OMC). Sendo que o aumento das exportações foi impulsionado pelo crescimento da produção agrícola. A partir da década de 90 a distribuição de grãos vem mudando com a crescente importância de novos mercados da Ásia, do Oriente Médio, Europa Ocidental e África. Esse potencial crescimento agropecuário brasileiro, baseia-se fortemente na expansão da fronteira agrícola e consolidação de certificações ambientais, atingindo o padrão exigido pelos compradores (BRASIL, Secretaria de Produção e Comercialização, 2004, *on line*).

Na safra 2012/2013, a Amaggi Commodities atuou na originação de grãos, industrialização, logística, exportação, operações portuárias, importação e exportação de insumos. No ano de 2013, o grande desafio era superar as barreiras dos problemas logísticos que o Brasil enfrentava, assim, a Amaggi Commodities não só alcançou os resultados previstos para o ano, como ultrapassou as metas que estavam estimuladas em seu planejamento produtivo, atingindo 9 milhões de toneladas de grãos comercializados.

Desse modo, passou a ser a 18ª na posição, em 2013, no ranking das maiores exportadoras brasileiras, com uma produtividade média 52,98 sacas de soja, 106,95 sacas de milho e 278,75 sacas de algodão e com uma produção agrícola de 410.601 toneladas de soja, 474.601 toneladas de milho e 43.548 toneladas de algodão, conforme tabela demonstrativa 01 (AMAGGI, 2013, *on line*).

³ Armazenadora. Ou chamada de unidade coletora, intermediária ou terminal, empresa credenciada e habilitada a receber e armazenar os grãos de outras empresas em sua propriedade e em local específico destinados somente a isso. (Silva L. C., 2006, pp. 1-09)

Produtividade média 2013 (em SACAS)		
Soja	Milho	Algodão
52,98	106,95	278,75

Produção Agrícola 2013 (em TONELADAS)		
Soja	Milho	Algodão
410.160	474.601	43.548

Tabela 01 – Indicadores de produtividade 2013 do Grupo Amaggi. Adaptado da Fonte: www.amaggi.com.br/relatorio2013

A Amaggi Commodities, visando ampliar suas exportações, buscou atender às exigências de mercado exterior, se adequando e atualizando as padronizações e certificações de qualidade, comprovadas pela aquisição das certificações de sua produção, dos armazéns, dos portos e das esmagadoras. No ano de 2013 a empresa avançou mais na preparação e certificação da RTRS – Associação da Soja Responsável (AMAGGI, 2013, *on line*).

O Grupo Amaggi, no ano de 2013, destinou R\$ 12,5 milhões em investimentos e despesas para adequação de padrões e normas que envolvessem questões de proteção ambiental e isso se deve também às exigências de compradores e ao enquadramento de empresa responsável com a produção de forma sustentável (AMAGGI, 2013, *on line*).

Na safra 2012/2013, fatores climáticos como temperatura e pluviosidade impactaram na produção da soja devido ao fenômeno El Niño, porém a colheita de milho foi o destaque nesta safra, ultrapassando-se a meta estipulada pelo grupo. A produção de sementes também se destacou, saltando de 156 mil sacas em 2011 para 560 mil em 2013. Mesmo com todas as limitações, a safra de grãos teve um aumento de 37,99% em comparação entre 2011 a 2013, demonstrado no gráfico 01 (AMAGGI, 2013, *on line*).

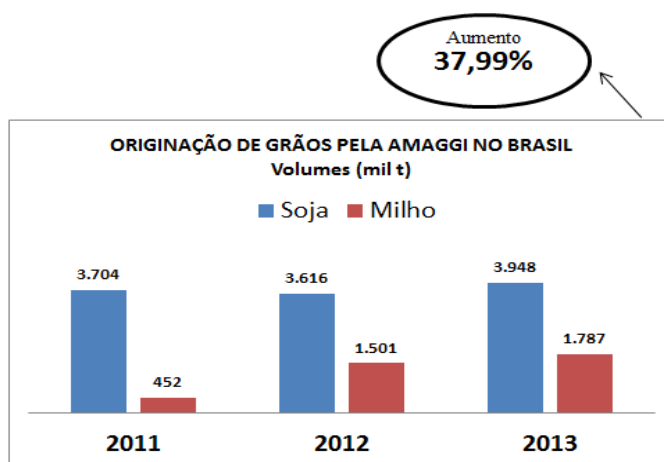


Gráfico 01 – Originação de grãos pela Amaggi comparativo de 2011 a 2013. Adaptado da Fonte: www.amaggi.com.br/relatorio2013

Na safra 2013/2014, a Amaggi Commodities encerrou o exercício de 2014 na 16ª

posição entre as maiores exportadoras brasileiras, pelo ranking do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com 6,314 milhões de toneladas de grãos originados em 2014, com uma produtividade média de 53,3 sacas de soja, 93,5 sacas de milho e 257 sacas de algodão e com a produção agrícola de 467.000 toneladas de soja, 369.000 toneladas de milho e 116.000 toneladas de algodão, conforme tabela demonstrativa 02 (AMAGGI, 2014, *on line*).

Produtividade média 2014 (em SACAS)		
Soja	Milho	Algodão
53,3	93,50	257,00

Produção Agrícola 2014 (em TONELADAS)		
Soja	Milho	Algodão
467.000	369.000	116.000

Tabela 02 – Indicadores de produtividade 2014 do Grupo Amaggi. Adaptado da Fonte: <http://amaggi.com.br/2015/07/relatorio-de-sustentabilidade-2014-online/>

No ano de 2014, os investimentos e gastos em proteção ambiental seguindo as diretrizes estabelecidas na Política Ambiental do Grupo Amaggi, envolveu melhoria de processos em operação, adequação de novos empreendimentos e instalações já existentes, totalizando um investimento de R\$ 33 milhões em despesas e adequações a padrões e normas ambientais (AMAGGI, 2014, *on line*). E na safra 2013/2014, o exercício foi fechado com 6,314 milhões de toneladas de grãos originados em 2014, com uma receita de US\$ 1,7 bilhão em exportação, com uma safra de grãos com 51,92% de um aumento em comparação entre 2011 a 2014, demonstrado no gráfico 02 (AMAGGI, 2014, *on line*).

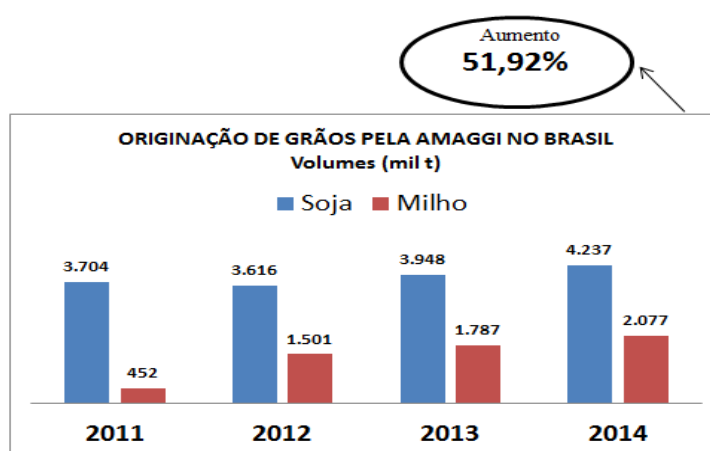


Gráfico 02 – Originação de grãos pela Amaggi comparativo de 2011 a 2014. Adaptado da Fonte: <http://amaggi.com.br/2015/07/relatorio-de-sustentabilidade-2014-online/>

Na safra 2014/2015, a Amaggi Commodities encerrou o exercício de 2015 com destaque no aumento da safra de grãos. Teve como inovação que 87% da soja certificada da RTRS Mass Balance, no mundo, foi comercializada pelo Grupo Amaggi e 1 milhão de toneladas de soja certificada pelo Pro-Terra, atendendo-se às exigências do comércio de grãos, sendo que o Grupo utilizou 9 milhões em investimento com proteção ambiental e construção do posicionamento Global de Sustentabilidade. Como resultado positivo obteve uma produtividade média de 53,61 sacas de soja, 113,19 sacas de milho e 294,13 sacas de algodão e com a produção agrícola de 517.431 toneladas de soja, 395.777 toneladas de milho e 132.719 toneladas de algodão, conforme tabela demonstrativa 03 (AMAGGI, 2015, *on line*).

Produtividade média 2015 (em SACAS)		
Soja	Milho	Algodão
53,61	113,19	294,13

Produção Agrícola 2015 (em TONELADAS)		
Soja	Milho	Algodão
517.431	395.777	132.719

Tabela 03 – Indicadores de produtividade 2015 do Grupo Amaggi. Adaptado da Fonte: <http://relatoweb.com.br/amaggi/2015/>

Na safra 2014/2015, o exercício foi fechado com 8 milhões de toneladas de grãos originados em 2015, com receita de US\$ 2,9 bilhões em exportação, com a safra de grãos com 93,55% de aumento em comparação entre 2011 a 2015 e 27,39% de aumento em comparação entre 2014 a 2015, conforme demonstração do gráfico 03 (AMAGGI, 2015, *on line*).

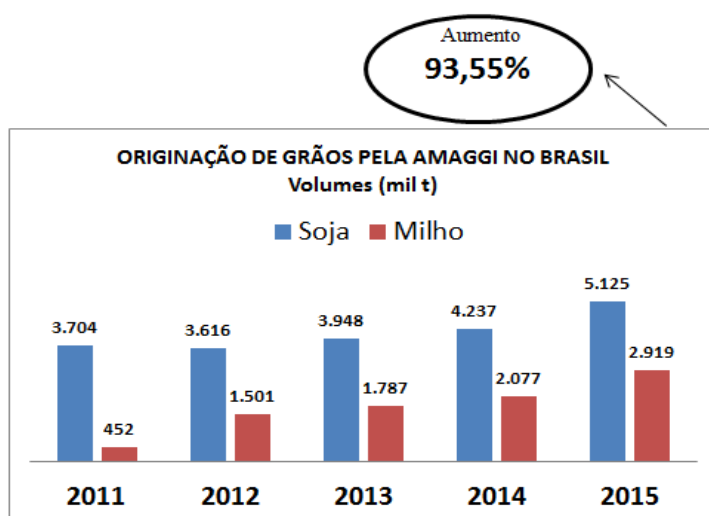


Gráfico 03 – Originação de grãos pela Amaggi comparativo de 2011 a 2015. Adaptado da Fonte. Fonte: <http://relatoweb.com.br/amaggi/2015/>

Na safra 2015/2016, a Amaggi Commodities encerrou o exercício de 2016 com 6,84 milhões de toneladas de grãos originados em 3 unidades de esmagamento de soja, com uma produtividade média de 56,57 sacas de soja, 78,27 sacas de milho e 251,45 sacas de algodão, com a produção agrícola de 527.838 toneladas de soja, 311.119 toneladas de milho e 197.498 toneladas de algodão, conforme tabela demonstrativa 04 (AMAGGI, 2016, *on line*).

Produtividade média 2016 (em SACAS)		
Soja	Milho	Algodão
56,57	78,27	251,45

Produção Agrícola 2016 (em TONELADAS)		
Soja	Milho	Algodão
527.838	311.119	197.498

Tabela 04 – Indicadores de produtividade 2016 do Grupo Amaggi. Adaptado da Fonte: <http://amaggi.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2/>

Na safra 2015/2016, o exercício foi fechado com 6,4 milhões de toneladas de grãos originados em 2016 e com um aumento de 53,97% em comparação entre os anos de 2011 a 2016, sendo que houve uma queda de 25,70% na produção em comparação com os anos de 2015 a 2016, conforme demonstração do gráfico 04 (AMAGGI, 2016, *on line*).

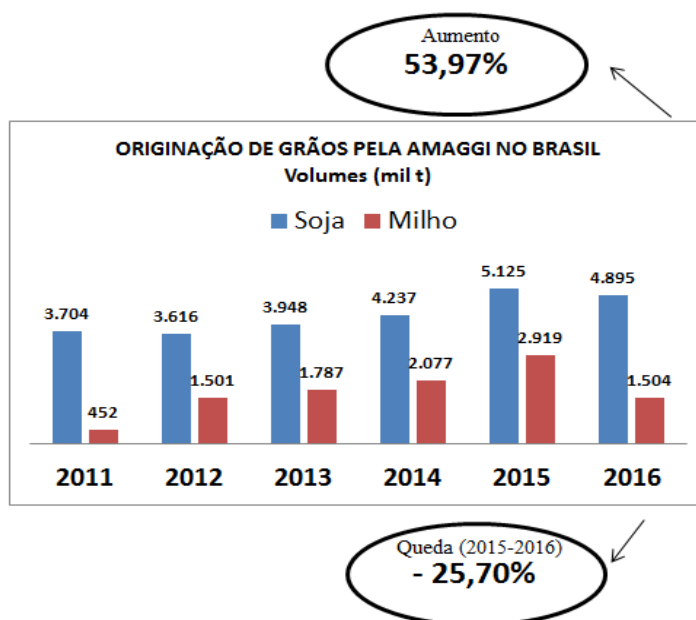


Gráfico 04 – Originação de grãos pela Amaggi comparativo de 2011 a 2016 e comparação da queda de 2015-2016. Adaptado da Fonte: <http://amaggi.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2/>

O Grupo Amaggi possui uma gestão de riscos, baseada na Política de Gestão de Riscos Corporativos, que foi lançada no ano de 2015, atuando como o objetivo de mitigar riscos financeiros, estratégicos, operacionais e regulamentares. Este processo de gestão de riscos

passa por análises preliminares entre avaliação, mitigação, mensuração, controle e monitoramento de ações de riscos. No ano de 2016 apesar de todas as conformidades e análises de riscos na área da sustentabilidade, a companhia Amaggi teve 45 comercializações de grãos vetadas por seus fornecedores, por oferecerem riscos relacionados a critérios socioambientais adotados como princípios para a negociação de mercado.

Dessa forma, pode-se observar que o agronegócio tem representado um papel importantíssimo na economia do país e o uso da tecnologia, aliado à pesquisa, a consolidação e certificações ambientais, contribuíram, significativamente, com a produção de grãos, no país, conforme gráfico abaixo (EMBRAPA, 2004, p. 63).

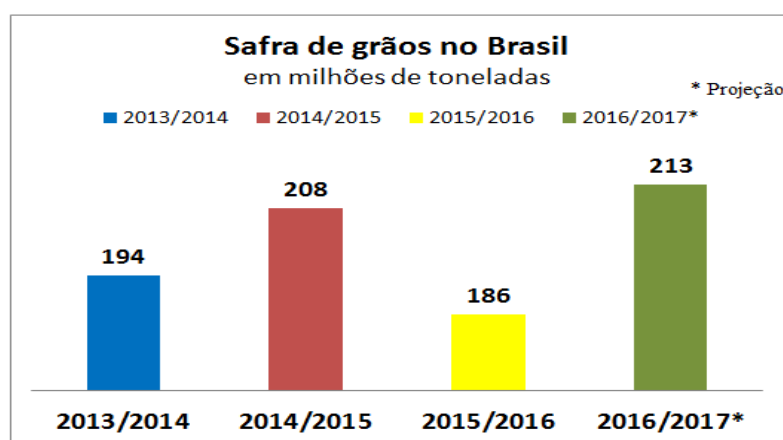


Gráfico 05 – Comparação da Safr de grãos nos anos de 2013 a 2017. Adaptado da Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-agro-vai-bem,10000093405>

Destarte, a produtividade aumentou e hoje se consegue plantar mais em um espaço cada vez menor. E um dos reconhecimentos necessários para a atuação, verdadeiramente sustentável é o de que não é possível uma empresa alcançar sozinha esse desempenho. Somente o trabalho em parceria com a sociedade, Organizações Não Governamentais, fornecedores, clientes, Governo, entre outros, é capaz de proporcionar essa escala aos resultados (EMBRAPA, 2004, p. 63).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As certificações ambientais dos processos e produtos agrícolas buscam enquadrar as empresas no aspecto de interação entre sistema de comercialização, econômico e sistema ambiental fomentando o mercado nacional e internacional, exigindo o gerenciamento da cadeia de produção e processo produtivo a buscar a eficiência e vantagens competitivas com as demais empresas e organizações sustentáveis.

Nesse sentido, as certificações consolidam-se como ferramentas de redução de risco e de disseminação de um consumo responsável e o objetivo de cada certificação e selo ambiental é sempre buscar um diferencial de custo de implantação, facilidade em algumas linhas de crédito, maior qualidade do produto e serviço, padronização e otimização no processo produtivo e acesso a novos mercados com alta exigência ambiental.

No Estudo de Caso em comento, constatou-se que a empresa possui várias certificações e investimentos ligados à sustentabilidade e proteção ambiental, funcionando regularmente de acordo com as demandas de cada certificação e com sua própria missão, visão e valores. De acordo com os relatórios fornecidos nos anos de 2013 a 2016, em que os investimentos a proteção ambiental foram intensificados, nota-se a grande perspectiva do valor agregado, com o aumento da oferta e procura de produtos regulamentados.

Pode-se afirmar, desse modo, que o agronegócio está ligado, diretamente, ao desenvolvimento econômico que acaba, em muitas vezes, causando desmatamentos, contaminação de lençóis, minas e fontes de água, remoção de fauna e flora, podendo ocasionar danos irreversíveis ao meio ambiente, ainda mais se estiverem focados na produção a qualquer custo podendo ser de pequena ou larga escala.

As pequenas empresas, inclusive as agroindustriais, também podem, e devem, adequar-se ao processo de gerenciamento e certificação ambiental para uma produção mais sustentável. Os produtores rurais devem se adequar a este mundo sustentável, não somente pela exigência de novos compradores, rentabilidade comercial, fiscalizações e punições severas que estão sendo aplicadas a quem causa algum dano ambiental, mas sim, pela saúde funcional da empresa e manutenção do pacto global com todos os seres.

Pode-se destacar, também, que a política ambiental de outros países pode influenciar no crescimento do comércio internacional e quando o produto ou método de produção causam danos ambientais, o país importador pode introduzir barreiras ao comércio internacional, limitando este comércio com a finalidade de proteger o meio ambiente. E do ponto de vista do mercado interno, pode-se afirmar que as certificações ambientais operam também como uma plataforma para redução de riscos financeiros, onde as empresas certificadas podem levar vantagem com seguradoras ou bancos fornecedores de empréstimos.

Desse modo, foi exposto que existem vários motivos e benefícios pelos quais um produto deve ser certificado: demanda, controle de qualidade, melhoria nos processos operacionais, vantagens competitivas no mercado nacional e internacional, maior credibilidade para as empresas, agilidade no cumprimento de normas legais, contribuir para um mercado ambientalmente mais limpo, responsável e sustentável.

Acredita-se que os objetivos propostos foram atingidos, pois foram analisadas diversas certificações e restou comprovado que as certificações ambientais no comércio de grãos trazem benefícios quando adotados por uma empresa. Assim, a certificação precisa, sempre, ter avaliação que objetive melhorias da sustentabilidade e dos negócios, haja vista que ela é um sistema que consolida o desempenho social, ambiental e econômico.

Com o seguinte estudo foi possível uma resposta ao problema da pesquisa, haja vista que observou-se, claramente, o reconhecimento de inúmeros benefícios com a adoção da certificação ambiental. Sendo assim, a certificação ambiental é muito importante no comércio dos grãos mato-grossense, o que foi comprovado pelas produções do Grupo Amaggi, no período de 2013 a 2016, com o aumento da produção e comércio internacional de grãos de acordo com o giro de mercado, adequando-se às exigências e aos padrões de sustentabilidade, aumentando-se o poder de negociação, proteção ao meio ambiente e agregando valor comercial aos grãos tanto no mercado nacional e como internacional.

7. REFERÊNCIAS

AMAGGI. (2013). **Relatório de Sustentabilidade 2013**. Disponível em: < <http://amaggi.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2/>>. Acesso em: 15 Fev 2018.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: < <http://amaggi.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2/>>. Acesso em: 15 Fev 2018.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2015**. Disponível em: < <http://amaggi.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2/>>. Acesso em: 15 Fev 2018.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. Disponível em: < <http://amaggi.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2/>>. Acesso em: 15 Fev 2018.

_____. **Grupo Amaggi**. Disponível em: <<http://amaggi.com.br/sobre/qualidade/certificados/>>. Acesso em: 15 Fev 2018.

ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) - **Relatório de atividades de 2011 e 2012 (1º etapa)**. Brasília: ANVISA, 2013.

BACHA, Carlos. José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Recomendações de Basileia**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/fis/supervisao/basileia.asp>>. Acesso em: 06 Mar 2018.

BARROS, Rosângela Alves; BARBOSA, Ronaldo dos Santos. **Unidades de conservação: um estudo sobre os impactos ambientais resultantes da extração de madeira na Reserva Biológica do Gurupi-MA**. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/4043/0>>. Acesso em: 13 Set 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Política Nacional do Meio Ambiente. Senado Federal: Brasília, 1981.

_____. Secretaria de Produção e Comercialização. **Agronegócio brasileiro: Desempenho do comércio exterior**. Brasília: MAPA, 2004.

BRASIL ECOCERT. **Certificação de Responsabilidade Socioambiental**. Disponível em: <<http://brazil.ecocert.com/certificacao-de-responsabilidade-socioambiental>>. Acesso em: 12 Jan 2018.

Cantelle, Tatiana Dias; Martins, Luciana; Reis, Ricardo Pereira; Cristina, Lígia. Competitividade na agricultura comercial versus sustentabilidade ambiental. **RAMA - Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**. Janeiro de 2013. vol. 6, p. 171 - 188.

CERT ID. Disponível em: <<http://www.cert-id.com.br/Inicio>>. Acesso em: 12 Jan 2018.

DEMAJOROVIC, J.; VILELA JÚNIOR, A. **Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. Disponível em: <<https://www.ideiasustentavel.com.br/boa-ideia-mercado-da-garantia/>>. Acesso em: 17 Dez 2017.

EMBRAPA. **Tecnologias de Produção de Soja Região Central do Brasil 2011**. Londrina: MAPA, 2004.

GUEDES, Fátima Becker; SEEHUSEN, Susan Edda. **Pagamento por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Conservação da Biodiversidade. Brasília: Núcleo Mata Atlântica e Pampa, 2011.

IBD CERTIFICAÇÕES. **Certificações e Aprovações Diversas - Não OGM IBD**. Disponível em: <<http://ibd.com.br/pt/NaoOgmIbd.aspx>>. Acesso em: 12 Jan 2018.

INMETRO. **Acreditação**. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/credenciarorg.asp>>. Acesso em: 30 Mar 2018.

KARKOTLI, Gilson Rihan. **Responsabilidade Social: uma estratégia empreendedora**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Agosto de 2004. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis.

NICOLELLA, G., MARQUES, J. F., & SKORUPA, L. A. **Sistema de Gestão Ambiental: aspectos teóricos e análise de um conjunto de empresas da região de Campinas - SP**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004.

OIA BRASIL CERTIFICAÇÕES. **Certificações**. Disponível em: <<http://www.oiabrazil.com.br/certificacoes/>>. Acesso em: 12 Jan 2018.

OLIVEIRA, Emanuelle. **Sociedade**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/estudo-de-caso/>>. Acesso em: 02 Fev 2018.

OLIVEIRA, Karen de; SENNA, Ana Julia Teixeira. Análise das Práticas de Gestão Ambiental em propriedades rurais do município de Santa Margarida do Sul - RS. **Revista eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, 7(7), Mar-Ago de 2012, p. 1283-1290.

OLIVEIRA, Otávio José de. Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. **Revista on line G & P (Gestão e Produção)**. 17(1), ano 2010, p. 51-61.

PAULA, Mônica; MARCUZZO, Silvia; PRADO; *et al.* **Certificação Ambiental**. 2ª **Revista Ampliada SEBRAE(2ª)**, 28, ano 2015.

QUESADA, Beatriz. **Sustentabilidade no agronegócio é impulsionada por demandas do**

mercado e da sociedade. Disponível em: <<http://www.usp.br/aunantigo/exibir?id=7111&ed=1238&f=8>>. Acesso em: 03 Ma 2018.

SEARA AGRO. **Originação.** Disponível em: <<http://seara.agr.br/originacao>>. Acesso em: 03 Mar 2018.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Iso 14001 - Sistemas de Gestão Ambiental - Implantação Objetiva e Econômica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Luís César da. **Unidades Armazenadoras: Planejamento e Gerenciamento Otimizado.** Boletim técnico - AG: 01/06 em 18/06/2006. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Departamento de Engenharia Rural. Vitória: UFES, 2006.

SILVA, Marcel José Leite da. **O Tripé da Sustentabilidade.** Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/o-tripe-da-/30291>>. Acesso em: 11 Nov 2017.

WRIGHT, James Terence Coulter; IRIAS, Luiz José; QUIRINO, Tarcisio Rego. **Impacto Agroambiental: perspectivas, problemas, prioridades.** São Paulo: Edgar Blücher, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed.. Porto Alegre: Bookmam. 2001.